



Orçamento de Estado 2014 (2ª Parte)

REGRAS DE RETENÇÃO NA FONTE

Alterações ao Decreto-Lei n.º 42/91 (Regime Jurídico de Retenção na Fonte)

Aumento do limite de retenção na fonte

Aumento de 40% para 45% do limite de retenção na fonte aplicável aos sujeitos passivos que auferam rendimentos do trabalho dependente e pensões, que pretendam optar por uma retenção superior à taxa que lhes é aplicável, por via das tabelas de retenção na fonte.

Actualização das taxas de retenção na fonte

Propõe-se que sejam corrigidas, em conformidade com o Código do IRS, as taxas de retenção na fonte aplicáveis aos rendimentos decorrentes de actividades profissionais especificamente previstas na tabela do Código do IRS (de 21,5% para 25%) e dos rendimentos prediais (de 16,5% para 25%).

Propõe-se a simplificação do procedimento de aplicação da dispensa e reembolso de retenções na fonte para não residentes, por via da aplicação de um Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT), através da introdução de um procedimento alternativo à obrigação de obtenção do formulário RFI aplicável.

É, assim, proposto que a partir de 1 de Janeiro de 2014, as entidades não residentes beneficiárias de rendimentos sujeitos a retenção na fonte em Portugal façam prova, perante a entidade que se encontra obrigada a efectuar tal retenção, da verificação dos pressupostos que resultem de ADT, através da apresentação de:

- i) formulário de modelo (ainda a aprovar) por Despacho do Ministro das Finanças, devidamente certificado pelas autoridades competentes do respectivo Estado de residência; ou
 - ii) de documento emitido pelas mesmas autoridades, que ateste a sua residência, para efeitos fiscais, no período em causa e, bem assim, a sujeição a imposto sobre o rendimento nesse Estado.
- Tal como resulta da proposta de lei, o processo de pedido de reembolso deverá ser efectuado no prazo de 2 anos, mediante apresentação dos elementos acima referidos.



OBRIGAÇÕES DECLARATIVAS

Sobretaxa

Propõe-se que as entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente e de pensões que estejam obrigadas a reter na fonte as importâncias correspondentes à sobretaxa de IRS, procedam ao reporte desses montantes na Declaração Mensal de Remunerações – Modelo 10

SEGURANÇA SOCIAL

Propõe-se que se mantenha suspenso o regime de actualização do Indexante dos Apoios Sociais (IAS), no valor de Eur. 419,22.

NOVIDADES

Alargamento da base de incidência contributiva aplicável aos Membros dos Órgão Estatutários

Propõe-se que seja eliminado o limite máximo da base de incidência contributiva de Eur. 5.030,64 (correspondente a 12 vezes o valor do IAS) previsto no regime de segurança social aplicável aos Membros de Órgãos Estatutários (MOE), passando as contribuições para a segurança social a ser devidas sobre a remuneração real auferida pelos mesmos.

Deixa de ser aplicável o limite mínimo de Eur. 419,22 (correspondente a 1 vez o valor do IAS), nos casos de acumulação da actividade de membro de órgão estatutário com outra actividade remunerada, que determine a inscrição em regime obrigatório de segurança social ou com a situação de pensionista, desde que o valor da base de incidência considerado para o outro regime de protecção social ou pensão seja de valor igual ou superior a Eur. 419,22€

Conceito de entidade contratante de trabalhadores independentes

Propõe-se que a definição de entidade contratante no caso de trabalhadores independentes passe a ser apurada apenas por referência aos trabalhadores independentes que se encontrem sujeitos ao cumprimento da obrigação de contribuir e que tenham um rendimento anual obtido a título de prestação de serviços, de valor igual ou superior a Eur. 2.515,32.



Produção de efeitos da relação de vinculação

Em caso de requerimento de enquadramento na segurança social apresentado pelo cônjuge de trabalhador independente, propõe-se que o respectivo enquadramento passe a produzir efeitos no mês seguinte ao da respectiva apresentação (ao invés de produzir efeitos apenas no mês seguinte ao do deferimento do mesmo, como sucede atualmente).

Obrigação contributiva dos trabalhadores independentes

Propõe-se que a obrigação contributiva dos trabalhadores independentes passe a compreender não apenas o pagamento de contribuições mas também a apresentação da declaração anual dos valores correspondentes à actividade exercida, independentemente de os trabalhadores serem ou não exclusivamente produtores e comerciantes.

Isenção de contribuições por parte dos trabalhadores independentes

Propõe-se que os trabalhadores independentes passem a estar isentos da obrigação de contribuir, quando se tenha verificado a obrigação do pagamento de contribuições durante um ano, resultante do rendimento relevante igual ou inferior a Eur. 2.515,32.

Base de incidência contributiva dos trabalhadores independentes

Propõe-se que os trabalhadores independentes passem a poder requerer, em determinado prazo, que lhe seja aplicado um escalão de contribuição por eles escolhido, o qual poderá ser entre os dois escalões imediatamente inferiores ou superiores.

Em casos de reinício de actividade, propõe-se que a base de incidência contributiva deixe de ser obrigatoriamente fixada no primeiro escalão, nas situações em que não exista qualquer actividade do sujeito passivo nos últimos 12 meses. Nestes casos, propõe-se que o escalão passe a ser determinado com base nas regras gerais dos trabalhadores independentes.